

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação
Área de Avaliação: <b>HISTÓRIA</b>
Coordenador de Área: Carlos Fico (UFRJ)
Coordenador-Adjunto de Área: Claudia Wasserman (UFRGS)
Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO)

### I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

Os primeiros cursos de pós-graduação em História foram criados – no contexto das novas regras que passaram a presidir a pós-graduação brasileira – nos anos 1970, a partir de experiências episódicas anteriores em algumas grandes universidades. Entre 1971 e 1974, foram instalados sete programas (USP, UFF, UFPR, PUC-SP, UFGO, PUC-RS e UFPE). Na segunda metade dos anos 1970, iniciaram suas atividades outros quatro programas (UFSC, UnB, Unicamp e UFRJ). A consolidação da sistemática de oferecimento de bolsas ajudou a área a se expandir e a se consolidar nos anos 1980, ocasião em que se pode dizer que ocorreu uma “profissionalização” da pesquisa histórica no país, já que, desde os anos 1930 (época da criação dos primeiros cursos brasileiros de graduação em História), valorizava-se sobretudo o ensino. Os programas de pós-graduação brasileiros, ao longo dos anos 1990, tornaram-se o *locus* privilegiado da pesquisa e da produção de conhecimento histórico no Brasil. Hoje em dia, claramente consolidada, a Área de História possui todas as condições para equiparar-se às melhores do mundo, inclusive através da pesquisa da história não brasileira – frente muito promissora tendo em vista as potencialidades concernentes à pesquisa feita por historiadores brasileiros sobre a história das nações africanas, da América Latina, dos Estados Unidos, bem como nas especialidades de História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, inclusive através do enfrentamento de desafios inadiáveis, como a história da Índia, da China, da Rússia, entre outras.

A Área de História conta, na data da publicação deste documento, com 65 programas de pós-graduação, três dos quais são cursos de mestrado profissional. Dos 62 programas acadêmicos, 31 contam com cursos de mestrado e de doutorado e 31 oferecem apenas o curso de mestrado. Em termos regionais, os 65 programas estão assim distribuídos:

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

REGIÃO	PROGRAMAS
Sudeste	28
Sul	16
Nordeste	13
Centro-Oeste	5
Norte	3
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>

Nota-se, portanto, que a região Sudeste concentra cerca de 43% dos programas existentes, a Sul abrange pouco mais de 24% e a Nordeste, 20%. A região Centro-Oeste conta com cerca de 7% e a Norte, pouco mais de 4%.

No que se refere a suas notas, registra-se o seguinte quadro:

NOTA	PROGRAMAS
7	3
6	3
5	11
4	16
3	32
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>

Esses programas mobilizavam, em 2011, 1.146 professores permanentes (268 dos quais bolsistas de produtividade do CNPq) e 201 colaboradores. Neste mesmo ano, foram titulados 896 mestres e 276 doutores, enquanto foram selecionados 473 doutorandos e 1.085 mestrandos. De 2010 para 2011, cresceu de 37 para 68 o número de bolsas sanduíche utilizadas, mas o número de doutores recebidos pelos programas para neles fazerem estágios de pós-doutoramento caiu de 99 para 85.

Tais números indicam um evidente potencial de expansão da área, sobretudo no que diz respeito à capacidade de titulação. Nota-se, igualmente, a necessidade de criação de novos cursos de doutorado, ao mesmo tempo em que se registra uma boa cobertura nacional em termos de cursos de mestrado.

## **DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

### **SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO**

A antiga sistemática de acompanhamento anual foi substituída por seminários de acompanhamento realizados anualmente com a participação presencial dos coordenadores de programas na própria Capes. A Área de História realizou um primeiro seminário nos dias 17 e 18 de outubro de 2011, com base no desempenho dos programas de pós-graduação (PPGs) em 2010, e outro nos dias 2 e 3 de outubro de 2012, com base no desempenho dos PPGs em 2011. O formato sugerido pela coordenação da Área de História para ambos os encontros buscou favorecer a visualização de dados objetivos relativos à produção dos PPGs nos respectivos anos à luz dos critérios de avaliação adotados pela área, a fim de que todos os programas pudessem identificar seus pontos fortes e fracos em comparação com os demais. Antes dos seminários, os coordenadores de PPGs enviaram à coordenação da área uma série de dados concernentes à produção intelectual, seleção de novos alunos, titulação de mestres e doutores, captação de recursos, estágios de pós-doutoramento etc. Tais dados foram previamente sistematizados e embasaram as discussões havidas durante os seminários. Esses eventos também permitiram que alguns dos principais objetivos da avaliação da Área de História fossem aclarados, notadamente os princípios da equanimidade e da objetividade. Do mesmo modo, a presença dos coordenadores na Capes e seu contato com a Diretoria de Avaliação possibilitou que as mais diversas dúvidas fossem sanadas. Um dos principais resultados dos seminários de acompanhamento foi a possibilidade de ampla discussão dos critérios de avaliação adotados pela Área de História, de modo que é possível sustentar que tais critérios seguramente expressam os parâmetros de qualidade valorizados pela comunidade nacional de historiadores.

### **INTERDISCIPLINARIDADE**

Na Área de História, a perspectiva interdisciplinar é um aspecto constituinte de diversas “especialidades” que, ao longo dos séculos XIX e XX, consolidaram-se como abordagens metodológicas hoje tradicionais em nossa disciplina.

Assim, havia a “História Política” – que foi muito praticada desde meados do século XIX até as

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

três primeiras décadas do século XX – que deu lugar, posteriormente, a abordagens ou especialidades que estabeleceram interfaces com outras disciplinas, como a Psicologia (“História das Mentalidades”), a Sociologia (“História Social”), a Economia (“História Econômica”), a Antropologia (“Microhistória”, “História do Cotidiano”, “História da Vida Privada”), a Ecologia (“História do Meio Ambiente”) e assim por diante.

Portanto, na área, a perspectiva interdisciplinar é inerente às diversas áreas de concentração e linhas de pesquisa dos próprios PPGs tipicamente de História. Ou seja, não haveria sentido em considerar como um programa especial ou “externo” à Área de História aquele que faz uma opção por uma abordagem interdisciplinar, porque isso é feito, virtualmente, por todos os programas de pós-graduação propriamente de História.

Por exemplo, um PPG tipicamente de História pode ter uma área de concentração em “História do Brasil” e definir suas linhas de pesquisa como “História Econômica do Brasil”, “História Política do Brasil” e “História Cultural do Brasil” para o que, necessariamente, lançará mão da perspectiva interdisciplinar de uma maneira muito efetiva, inclusive em termos da “importação” de conceitos e métodos próprios às disciplinas envolvidas, ou seja, tais linhas de pesquisa efetivamente discutirão e adotarão conceitos e métodos da Economia, da Ciência Política e da Antropologia Cultural.

Portanto, a regra é que um PPG da Área de História tenha, necessariamente, uma abordagem interdisciplinar.

Ademais, há a tradição da História das Ciências – embora não existam muitos PPGs que a pratiquem. É frequente que se estabeleçam intercâmbios com, por exemplo, a História da Medicina ou a História do Direito, o que também configura esse aspecto que se pode chamar de “constituente”, na medida em que tais especialidades – muitas vezes praticadas por profissionais das respectivas disciplinas – são efetivamente históricas.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Portanto, não faria sentido não acolher como sendo tipicamente de História um PPG que adote como área de concentração/linhas de pesquisa uma perspectiva fundada na explicação diacrônica ou genética, ainda que tal perspectiva tenha (como frequentemente tem) um viés interdisciplinar. Como se sabe, é essa configuração que caracteriza a abordagem histórica, ou seja, a busca de explicação dos fenômenos tendo em vista sua constituição na dimensão temporal.

Assim, o que caracterizaria um PPG multidisciplinar (expressão aqui utilizada para identificar os programas que não sejam “apenas” interdisciplinares como inerentemente o são a maioria dos PPGs da Área de História) que conte com a participação de historiadores não seria propriamente o fato de haver uma correlação com outras disciplinas, mas a existência de uma proposta de produção de conhecimento que agregasse, em um único tratamento analítico, a perspectiva temporal (inclusive em suas modalidades interdisciplinares) com outras, como uma abordagem estrutural, sincrônica ou algo parecido.

Por exemplo, seria possível considerar como multidisciplinar um PPG que possuísse uma área de concentração em “Estudos Artísticos” e que estivesse integrado tanto por historiadores da Arte (análises em perspectiva histórico-temporal dos fenômenos artísticos), quanto por analistas da dimensão propriamente estética da obra de arte, sobretudo em uma perspectiva de análise imanente da obra de arte que se pautasse especialmente pela consideração de suas dimensões formais (e não históricas ou contextuais). Note-se, portanto, que, nesse exemplo, o especialista de história poderia praticar uma “História Econômica da Arte”, mas não seria essa sua abordagem interdisciplinar (História + Economia) que caracterizaria a natureza multidisciplinar do PPG, mas o fato de a linha de pesquisa propor uma análise conjugada da dimensão temporal e da análise imanente de natureza propriamente estética. Por exemplo: o fenômeno “barroco mineiro”, esteticamente considerado, pode ser melhor entendido pela análise histórico-econômica do fenômeno do ciclo do ouro mineiro no século XVIII?

Em suma, se a questão que se impõe é a definição do que seja um programa interdisciplinar,

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

parece ser indispensável uma análise *ad hoc*, o que não deve ser encarado como algo negativo, isto é, para a garantia de manutenção da qualidade do sistema de pós-graduação, parece ser inevitável que as propostas sejam analisadas caso a caso, não sendo possível estabelecer, *a priori*, regras rígidas que definam o que é um programa interdisciplinar, porque isso fatalmente demandará uma consideração epistemológica do conjunto de perspectivas envolvidas na proposta em pauta.

Também parece ser um movimento natural e positivo que o surgimento de um número significativo de PPGs que inicialmente se configurem como programas interdisciplinares possa, eventualmente, resultar na constituição de novas áreas do conhecimento, o que talvez acarrete dificuldades de natureza operacional, mas não expressa uma fragilidade em termos de concepção.

Certamente, o que se deve evitar é a imprecisão. Não se pode classificar como sendo “interdisciplinar” a reunião heterogênea de abordagens indefinidas ou imprecisas: isso caracterizaria apenas uma proposta ou um PPG de baixa qualidade. O que deve caracterizar um PPG interdisciplinar é a proposta, epistemologicamente embasada, de produção de conhecimento científico a partir de enfoques gnosiológicos diversos, mas conjugados para um propósito de ampliação do saber.

### **EDUCAÇÃO BÁSICA**

A Área de História possui vínculos fortes e responsabilidades evidentes com a educação básica, inclusive tendo em vista que todos os seus docentes atuam nos cursos de graduação, os quais formam, majoritariamente, professores que trabalharão nessa esfera de atuação. Do mesmo modo, alguns PPGs possuem linhas de pesquisa voltadas para o ensino, mas a maior parte das teses e dissertações sobre o ensino de História encontra-se na Área de Educação. Há, portanto, muito por fazer, inclusive considerando-se a lacuna existente entre a excelência da produção acadêmica e a qualidade dos livros didáticos de História, que poderiam melhorar muito desde

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

que os historiadores que atuam na pós-graduação fossem encorajados a escrevê-los. Algumas iniciativas positivas nesse campo já se notam, estimuladas, em parte, pela avaliação constante dos livros patrocinada pelo Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional do Livro Didático. A avaliação é feita desde os anos 1990 por professores da Área de História que atuam nas universidades e na educação básica. A coordenação da Área de História está estudando formas de distinguir a produção de material didático com características exclusivamente técnicas, dos livros didáticos que envolvam pesquisa acadêmica para, eventualmente, incluir tal produção entre os livros que são avaliados.

Os programas de pós-graduação em história brasileiros têm, hoje, condições muito propícias para atender à grande demanda por qualificação profissional dos milhares de professores de História na educação básica em todo o Brasil.

Os cursos de graduação e programas de pós-graduação em História tradicionalmente têm se voltado para a formação do pesquisador em detrimento do professor – profissão que, não obstante, seus egressos majoritariamente abraçam.

Cabe ressaltar que a Capes tem dado sinais inequívocos e tido ações muito concretas de valorização da educação básica nos últimos anos. Hoje, no órgão, existem o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica e as Diretorias de Educação Básica (Diretoria de Educação a Distância e Diretoria de Educação Básica Presencial) que desenvolvem vários programas.

Programas de iniciação científica júnior, incentivando o contato dos alunos da educação básica com laboratórios e alunos de pós-graduação, devem ser estimulados.

Uma das mais promissoras formas de atuação voltadas para o aprimoramento da formação de professores da educação básica através da atualização profissional é o oferecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Experiências bem-sucedidas, como o “Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional” (PROFMAT), mostram o grande alcance desse tipo de iniciativa. Por essa razão, a Área de História está apresentando, neste ano de 2013, a proposta de Mestrado Profissional em História em Rede Nacional, o ProfHistória.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### II. Requisitos e orientações para propostas de cursos novos

#### MESTRADO ACADÊMICO

##### 1. Proposta do Curso

*Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.*

A área de concentração e as linhas de pesquisa devem ser sustentadas em termos teórico-conceituais. Sua articulação com a produção do corpo docente, bem como com os projetos de pesquisa e as disciplinas é indispensável. Valoriza-se a definição de linhas de pesquisa específicas e originais, mas não há impedimento para a opção por temáticas amplas e consolidadas, necessariamente justificada. O número de linhas de pesquisa deve ser compatível com a dimensão e a produção do corpo docente.

Os programas das disciplinas devem listar a bibliografia, cuja pertinência, qualidade e atualização serão valorizadas.

##### 2. Corpo Docente

*Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.*

O corpo docente mínimo para a abertura de um curso de mestrado em História é tipicamente de dez doutores (docentes permanentes) – salvo em situações excepcionais devidamente justificadas – com dedicação exclusiva ou integral, sendo admissível a presença de doutores com titulação correlata à de História, desde que integrados ao perfil do programa, às linhas de pesquisa propostas e com atuação na área.

Pelo menos 80% dos docentes permanentes devem ter experiência em orientação de



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

monografias de conclusão de curso (ou trabalhos de conclusão de curso) e/ou de iniciação científica.

O número máximo de orientandos por orientador é oito, considerados todos os cursos em que o docente atue como professor permanente (Portaria CAPES nº 01, de 4 de janeiro de 2012), salvo se a área, atendendo ao disposto na Portaria, vier a estabelecer situações específicas.

A produção científica do corpo docente deve estar relacionada à área de concentração e linhas de pesquisa propostas.

A atuação de docentes colaboradores e visitantes deve obedecer às Portarias CAPES nº 01 e nº 02, de 4 de janeiro de 2012.

A presença entre os docentes de bolsistas de produtividade científica e outras bolsas assemelhadas será valorizada.

A presença de docentes que já tenham concluído estágios de pós-doutoramento será valorizada.

### **3. Atividade de Pesquisa**

*Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.*

A proposta deve evidenciar que parte substantiva das atividades de pesquisa desenvolvidas nos três anos anteriores a sua apresentação está relacionada à área de concentração e às linhas de pesquisa.

Todos os docentes devem estar engajados em pelo menos um projeto de pesquisa. Entretanto, não é recomendável que os docentes atuem em mais de três projetos, salvo exceções necessariamente justificadas. A participação de alunos de graduação nos projetos de pesquisa dos docentes, sob a forma de iniciação científica, é valorizada.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A inserção de docentes permanentes em redes nacionais e internacionais de pesquisa é valorizada.

### **4. Produção Intelectual**

*Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.*

A produção intelectual de pelo menos 80% do corpo docente nos três anos anteriores à apresentação da proposta deve ser compatível com aquela registrada pela média dos cursos de mestrado da área já autorizados e que tenham nota 3. A produção dos PPGs em História com nota 3 encontra-se no Relatório de Avaliação da Área de História.

A produção deve ser bem distribuída entre todos os professores permanentes.

### **5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa**

*Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).*

A proposta deve indicar e descrever as instalações físicas destinadas ao curso, notadamente no que se refere a salas para docentes, salas para alunos, salas para a coordenação e a secretaria do curso e salas de aulas. Do mesmo modo, é indispensável a existência de recursos de informática e internet disponíveis para os docentes e discentes.

Os laboratórios, centros de documentação, núcleos de pesquisa e assemelhados existentes também devem ser descritos.

É indispensável que a biblioteca da instituição conte com títulos nacionais e estrangeiros, especificamente da área de História, necessários não somente à implementação das disciplinas, mas também às atividades das linhas de pesquisa da proposta.

## **DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

É desejável que a biblioteca tenha acesso ao Portal de Periódicos da Capes.

### **6. Outras**

*Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.*

A proposta deve indicar a disponibilidade de pessoal administrativo para atuar junto ao curso, especialmente na secretaria e na biblioteca.

Caso a instituição tenha curso de graduação em História, um breve histórico deve ser apresentado.

Quando for o caso, deve ser relacionada a quantidade de alunos formados nos últimos três anos na graduação em História e, se possível, descrito o destino dos egressos quanto às suas atividades profissionais.

A eventual atuação do corpo docente em cursos de especialização e/ou atividades de extensão relacionadas à proposta deve ser descrita.

A eventual participação da equipe em programas de capacitação docente, em programas do tipo MINTER e/ou DINTER, em convênios nacionais e/ou internacionais e sua capacidade de captação de recursos financeiros externos à IES devem ser descritas.

## **DOUTORADO**

### **1. Proposta do Curso**

*Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.*

A área de concentração e as linhas de pesquisa devem ser sustentadas em termos teórico-

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

conceituais. Sua articulação com a produção do corpo docente, bem como com os projetos de pesquisa e as disciplinas é indispensável. Valoriza-se a definição de linhas de pesquisa específicas e originais, mas não há impedimento para a opção por temáticas amplas e consolidadas, necessariamente justificada. O número de linhas de pesquisa deve ser compatível com a dimensão e a produção do corpo docente.

Os programas das disciplinas devem listar a bibliografia, cuja pertinência, qualidade e atualização serão valorizadas.

### **2. Corpo Docente**

*Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.*

Para a criação de um curso de doutorado em História, o corpo docente existente no curso de mestrado deve passar por um processo de credenciamento que leve em consideração sua produção científica e experiência em orientações concluídas de mestrado.

O corpo docente mínimo para a abertura de um curso de doutorado em História é de dez doutores (corpo permanente) com dedicação exclusiva ou integral, sendo admissível a presença de doutores com titulação correlata à de História, desde que integrados ao perfil do programa, às linhas de pesquisa propostas e com atuação na área.

Pelo menos 70% dos docentes permanentes devem ter experiência em orientação de dissertações de mestrado.

O número máximo de orientandos por orientador é oito, considerados todos os cursos em que o docente atue como professor permanente (Portaria CAPES nº 01, de 4 de janeiro de 2012), salvo se a área, atendendo ao disposto na Portaria, vier a estabelecer situações específicas.

A produção científica do corpo docente deve estar relacionada à área de concentração e linhas

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de pesquisa propostas.

A atuação de docentes colaboradores e visitantes deve obedecer às Portarias CAPES nº 01 e nº 02, de 4 de janeiro de 2012.

A presença entre os docentes de bolsistas de produtividade científica e outras bolsas assemelhadas será altamente valorizada.

A presença de docentes que já tenham concluído estágios de pós-doutoramento será altamente valorizada.

### **3. Atividade de Pesquisa**

*Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.*

A proposta deve evidenciar que parte substantiva das atividades de pesquisa desenvolvidas nos três anos anteriores a sua apresentação está relacionada à área de concentração e às linhas de pesquisa.

Todos os docentes devem estar engajados em pelo menos um projeto de pesquisa. Entretanto, não é recomendável que os docentes atuem em mais de três projetos, salvo exceções necessariamente justificadas. A participação de bolsistas de graduação e de mestrado nos projetos de pesquisa dos docentes é altamente valorizada.

A inserção de docentes permanentes em redes nacionais e internacionais de pesquisa é altamente valorizada.

### **4. Produção Intelectual**

*Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.*

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A produção intelectual de pelo menos 70% do corpo docente nos três anos anteriores à apresentação da proposta deve ser compatível com aquela registrada pela média dos cursos de doutorado da área já autorizados e que tenham nota 4. A produção dos PPGs em História com nota 4 encontra-se no Relatório de Avaliação da Área de História.

A produção deve ser bem distribuída entre todos os professores permanentes.

A produção intelectual da equipe de professores deve ter repercussão acadêmica significativa, medida pela qualidade dos veículos que a publica e pela participação dos docentes em eventos acadêmicos no país e no exterior.

### **5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa**

*Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).*

A proposta deve indicar e descrever as instalações físicas destinadas ao curso, notadamente no que se refere a salas para docentes, salas para alunos, salas para a coordenação e a secretaria do curso e salas de aulas. Do mesmo modo, é indispensável a existência de recursos de informática e internet disponíveis para os docentes e discentes.

Os laboratórios, centros de documentação, núcleos de pesquisa e assemelhados existentes também devem ser descritos.

É indispensável que a biblioteca da instituição conte com títulos nacionais e estrangeiros especificamente da área de História necessários não somente à implementação das disciplinas, mas também às atividades das linhas de pesquisa da proposta.

A biblioteca deve ter acesso ao Portal de Periódicos da Capes.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### 6. Outras

A proposta deve indicar a disponibilidade de pessoal administrativo para atuar junto ao curso, especialmente na secretaria e na biblioteca.

Caso a IES tenha curso de graduação e/ou de mestrado em História, um breve histórico deve ser apresentado.

Quando for o caso, deve ser relacionada a quantidade de alunos formados nos últimos três anos no curso de mestrado e, se possível, descrito o destino dos egressos quanto às suas atividades profissionais.

A eventual atuação da equipe em cursos de especialização e/ou atividades de extensão relacionadas à proposta deve ser descrita.

A eventual participação da equipe em programas de capacitação docente, em programas do tipo MINTER e/ou DINTER, em convênios nacionais e/ou internacionais e sua capacidade de captação de recursos financeiros externos à IES devem ser descritas.

Admite-se a criação de um novo PPG em História com os cursos de mestrado e de doutorado, devendo-se, nesse caso, observar as exigências estabelecidas para a criação de um curso de doutorado.

A criação exclusiva de um curso de doutorado deverá ser academicamente justificada e a existência de demanda específica, comprovada.

## **DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

### **MESTRADO PROFISSIONAL**

Não há tradição na Área de História de oferecimento de mestrados profissionais. Existem mais de sessenta programas acadêmicos em todo o país e apenas três mestrados profissionais aprovados pela Capes.

Aqui vão elencadas algumas considerações básicas que podem auxiliar os formuladores de novas propostas.

1. A instituição proponente deverá demonstrar detidamente sua capacidade de sediar o curso proposto, especialmente no que diz respeito à existência de cursos de graduação, de especialização e/ou de extensão em História, bem como de demanda que o justifique.
2. A Área de História valoriza a apresentação de propostas de mestrados profissionais que visem à formação de recursos humanos nas áreas em que o historiador possa atuar, tais como, entre outras:
  - a. patrimônio histórico;
  - b. arquivística;
  - c. serviços de pesquisa e documentação;
  - d. museologia e museografia;
  - e. artes;
  - f. turismo;
  - g. organização de informações históricas;
  - h. consultorias e pareceres históricos;
  - i. ensino e material didático.
3. Em consonância com o anseio da área e com recentes diretrizes emadas do governo federal, a Área de História valoriza a apresentação de propostas de mestrados profissionais que visem à formação continuada de professores de história da educação básica, especialmente os da rede pública.
4. A instituição que pretende sediar o curso proposto deve apresentar indicadores de que



### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

está comprometida com sua implantação, especialmente no que diz respeito à infraestrutura que assegure seu bom funcionamento e o adequado treinamento prático dos mestrandos.

5. A(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa deverão definir a articulação das dimensões teóricas e práticas. Assim, partindo de uma conceituação dos objetivos do curso, a dimensão formativa e prática do profissional que se espera formar deverá estar claramente definida.

6. O corpo docente do curso proposto deverá ser integrado de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos, nos termos da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009.

7. A participação no corpo docente de profissionais e técnicos não portadores do título de doutor deverá ser justificada, considerando-se, sobretudo, sua atuação e significativa experiência, altamente reconhecida, na(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa.

8. O número mínimo de professores integrantes do corpo docente deve ser tipicamente da ordem de oito, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas.

9. O número máximo de orientandos por orientador é oito, considerados todos os cursos em que o docente atue como professor permanente (Portaria CAPES nº 01, de 4 de janeiro de 2012), salvo se a área, atendendo ao disposto na Portaria, vier a estabelecer situações específicas.

10. A produção do corpo docente (no triênio que antecede a apresentação da proposta) será avaliada a partir dos itens que tradicionalmente compõem a produção intelectual do historiador (livros e artigos acadêmicos, sobretudo), mas também levando-se em conta aqueles produtos e atividades que indiquem sua qualificação e adequação tendo em vista a(s) área(s) de concentração, tais como, entre outros, consultorias e pareceres; produção de material didático;

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

atuação no ensino fundamental; experiência profissional em arquivística, museologia, museografia, turismo e assessoria de produções artísticas.

11. Serão valorizadas as propostas que indiquem convênios, articulações ou colaborações com instituições parceiras que possam fornecer apoio às atividades de formação e treinamento dos mestrandos, tais como, entre outras, museus, arquivos e agências públicas, governamentais ou não, relacionadas à área de concentração.

12. A proposta deverá incluir, sob a forma de regimento ou outra, definições precisas quanto ao regime acadêmico do curso, especialmente no que diz respeito à estrutura curricular, disciplinas obrigatórias e eletivas (claramente articuladas à(s) área(s) de concentração), carga horária, requisitos suplementares, atividades de treinamento e caracterização do formato do trabalho de conclusão do curso (nos termos da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009).

A carga horária de conteúdo prático das disciplinas propostas será especialmente valorizada e avaliada tendo em vista a dimensão eminentemente prática e formativa de um curso de mestrado profissional.

### III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A comissão de avaliação da área buscará utilizar os melhores resultados das experiências anteriores de avaliação, na medida em que forem compatíveis com as orientações do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior para o triênio 2010-2012. A área adota a ficha de avaliação de cursos acadêmicos que estabelece o peso de 20% para o item “Corpo Docente”, 30% para “Corpo Discente, Teses e Dissertações”, 40% para “Produção Intelectual” e 10% para “Inserção Social” e valorizará a densidade teórico-conceitual das definições das áreas de concentração e linhas de pesquisa; o equilíbrio entre docentes e discentes; a regularidade na

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

titulação de alunos por triênio; a produção científica docente e discente; as atividades na graduação; a realização de tarefas de solidariedade intelectual e atividades de inserção social. Serão destacados ainda os grupos de pesquisa institucionais e interinstitucionais. O processo de internacionalização será altamente valorizado. A área considera como cursos de mestrado novos os que têm menos de três anos de funcionamento. No caso dos cursos de doutorado, são considerados novos os que têm menos de cinco anos de funcionamento. O prazo constante para os dois itens acima é computado a partir da data de início de funcionamento, informado a Capes, conforme a Portaria CAPES nº 193/2011. Os parâmetros adotados para a ponderação dos quesitos serão aqueles apresentados e discutidos com a comunidade durante os seminários de acompanhamento e que vêm sendo utilizados há alguns anos.

A ficha de avaliação para os mestrados profissionais adotada pela Área de História é a que foi aprovada pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior para o triênio 2010-2012. A área optou por fazer adaptações pequenas – tendo em vista suas especificidades – na medida em que ainda são poucos os cursos de História desse tipo.

### **IV. Considerações gerais sobre o Qualis Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros/Eventos/Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação**

#### **QUALIS-PERIÓDICOS**

Os periódicos de História não podem se beneficiar da utilização do fator de impacto, porque são poucos os que são indexados em instituições que o calculam. Por essa razão, ao longo dos anos, em conjunto com a Grande Área de Humanidades, a Área de História desenvolveu uma série de procedimentos para a classificação de seus periódicos que consideram os critérios universalmente valorizados pela comunidade científica em geral (revisão por pares, periodicidade, reconhecimento na área etc.).

Os critérios utilizados para a atualização a partir dos dados de 2012 foram os seguintes:

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### CONCEITUAÇÃO DOS ITENS DA CLASSIFICAÇÃO:

A Área de História acompanha em linhas gerais a conceituação da Grande Área de Humanidades.

Um periódico científico é uma publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico-científica. Para ser considerado um periódico científico, o mesmo deve abranger, obrigatoriamente, os seguintes critérios:

- Editor responsável
- Conselho editorial
- Conselho consultivo
- ISSN
- Linha editorial
- Normas de submissão
- Avaliação por pares
- Publicar pelo menos 14 artigos por volume (anual)
- Afiliação institucional dos autores
- Afiliação institucional dos membros dos conselhos
- Resumo e *Abstract* ou *Resumen* ou *Résumé* dos artigos
- Descritores em português e inglês (ou espanhol ou francês)
- Data de recebimento e aceitação de cada artigo
- Pelo menos um número do ano anterior publicado
- Periodicidade regular

### CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA PELA GRANDE ÁREA DE HUMANIDADES:

#### C:

Periódicos considerados impróprios ou que não atendam a maioria dos critérios apontados acima. Publicações que não possam ser classificadas em outras modalidades, como revistas de divulgação científica e magazines vendidos em bancas de jornais.

#### B5:

Periódicos que não atendam a todos os critérios mínimos explicitados acima, mas apresentem claro perfil acadêmico/científico.

#### B4:

Ser publicado por instituição/instituições com pós-graduação *stricto sensu* ou sociedade

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela coordenação da área ou por instituição profissional de âmbito nacional ou instituição de pesquisa.

Periódicos que atendam a todos os critérios mínimos e que publiquem pelo menos 30% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos duas instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume.

### **B3:**

Cumprir todas as exigências do estrato anterior e estar disponível em uma base de dados ou indexador nacional ou internacional, cujos critérios de excelência sejam reconhecidos pela comunidade científica.

Publicar pelo menos 30% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos três instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume.

### **B2:**

Cumprir todas as exigências do estrato anterior.

Ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou financiamento estatal, com avaliação por pares e estar disponível em uma base de dados ou indexador nacional ou internacional cujos critérios de excelência sejam reconhecidos pela comunidade científica. Periodicidade mínima semestral.

Publicar pelo menos 40% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos quatro instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume.

Conselhos consultivo e editorial com significativa distribuição regional, não representando uma instituição isolada mais que 20% dos membros.

## **DOCUMENTO DE ÁREA 2013**

### **B1:**

Cumprir todas as exigências do estrato anterior. Publicar pelo menos 18 artigos por ano, sendo 60% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos cinco instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume.

Disponibilidade integral do conteúdo da revista na internet, incluindo tanto números anteriores quanto o atual.

### **A2**

Cumprir todos os requisitos do estrato anterior.

Publicar pelo menos 75% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos cinco instituições diferentes daquela que edita o periódico por volume.

Conselho consultivo com participação ativa de pelo menos 20% de pesquisadores altamente qualificados sediados em instituições de ensino e/ou pesquisa estrangeiros.

### **A1**

Cumprir todas as exigências do estrato anterior.

Periódicos de destacada qualidade, devidamente demonstrada em relatório pelos avaliadores e necessariamente superiores a todas as exigências estabelecidas para o A2.

Algumas alterações nos procedimentos foram feitas a fim de melhorar a qualidade da avaliação. A principal dela foi a disponibilização aos editores de uma ficha de avaliação contendo os principais critérios para que fossem preenchidos com maior detalhamento e sistematicidade. Após ampla divulgação, a comissão recebeu cerca de 150 fichas cobrindo uma parte significativa dos principais periódicos da Área de História. As fichas foram usadas como complemento do trabalho regular de avaliação, em especial para aqueles periódicos em estratos superiores.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Da mesma forma, para os periódicos estrangeiros foram seguidos os mesmos critérios estabelecidos pela área, respeitando-se, entretanto, as peculiaridades das outras comunidades científicas, como no caso da exigência de acesso livre ao conteúdo, incomum em muitos países. De modo complementar, foram considerados os índices de impacto oferecidos pela Capes.

Algumas tendências gerais foram observadas e aqui vão registradas para o conhecimento da Área de História:

1. Adoção da periodicidade quadrimestral, uma tendência positiva tanto pela agilidade que isso confere ao processo editorial, quanto por melhor atender à comunidade científica;
2. Publicação integral bilíngue;
3. Crescimento das revistas divulgadas *on line* e das exclusivamente editadas *on line*;
4. Surgimento de revistas especializadas e ligadas a mais de um PPG e/ou sociedade científica;
5. Publicação de cerca de 30% dos artigos em periódicos compreendidos entre os estratos A1 e B1;
6. Publicação de cerca de 70% dos artigos da área em aproximadamente 200 periódicos.

### CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A Área de História faz a classificação de sua produção em livros através da avaliação qualitativa de seu conteúdo realizada por uma comissão de historiadores indicada pelo coordenador da área. Os livros são enviados para a coordenação da área, distribuídos entre os avaliadores, que os lêem e classificam conforme as notas L1, L2, L3 e L4 (máxima). Ao longo dos seminários de acompanhamento, os critérios para a avaliação de livros têm sido exaustivamente discutidos em seus detalhes, mas os princípios gerais não se alteraram desde a última avaliação trienal, a saber: a principal produção da área em termos de livro é o de natureza autoral que apresenta resultados originais decorrentes de pesquisa histórica de fontes primárias preferencialmente inéditas; valoriza-se a avaliação anterior feita por pares, como no caso das teses de docentes que

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

venham a ser publicadas; valorizam-se os livros que tenham passado pela análise de pares em função da obtenção de recursos para a sua publicação, como ocorre costumeiramente nas agências de fomento à pesquisa; as coletâneas de capítulos recebem no máximo a nota L3 e são valorizadas aquelas que abranjam historiadores de instituições variadas – evitando-se a endogenia – bem como as que se constituam em torno de temas precisamente delimitados – evitando-se a heterogeneidade temática. Não são valorizadas as coletâneas que se aproximem do perfil dos anais, sendo melhor classificadas aquelas que de fato publiquem capítulos em torno de uma problemática relevante anteriormente definida por seu organizador ou organizadores. Assim como no caso dos artigos, a Área de História não estimula nem valoriza, neste momento, a publicação em co-autoria com alunos, valorizando a produção discente individual, mas o tema será debatido nos próximos seminários de acompanhamento tendo em vista a necessidade de não penalizar as publicações com este perfil que sejam pertinentes.

Em termos gerais, as notas são assim distribuídas:

### ATRIBUIÇÃO DA NOTA L4:

- livro autoral ou em co-autoria (com até 2 autores) resultado inédito de pesquisa original e com destacada contribuição historiográfica, inclusive teses e dissertações publicadas;

### ATRIBUIÇÃO DA NOTA L3:

- livro autoral ou em co-autoria (com até 2 autores) resultado inédito de pesquisa original e que contribua para o avanço do conhecimento histórico;
- coletâneas com variedade institucional de autores organizada por liderança intelectual em torno de tema bem definido.

### ATRIBUIÇÃO DA NOTA L2:

- coletâneas resultantes de eventos acadêmicos e/ou que não se distingam pela variedade institucional dos autores e/ou pela definição temática.



## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### ATRIBUIÇÃO DA NOTA L1:

- livros autorais ou coletâneas que atendam de maneira limitada os critérios estabelecidos para os estratos superiores.

Para a atribuição das notas mais elevadas também são considerados, secundariamente, alguns indicadores que permitem valorizar uma obra, como o recebimento de prêmios, o fato de ter sido publicada por editora com reconhecimento na área, reedições, entre outros.

A área incorpora os critérios de definição de livro estabelecidos pela ABNT e adotados na última avaliação trienal (2007-2009), ou seja, texto impresso ou em suporte eletrônico que possua ISBN com mais de 49 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

Em termos operacionais, a Área de História adota, para o registro dos livros, o aplicativo elaborado pela UFRGS com o apoio da Capes, do mesmo modo que decidiu sortear entre os programas nota 3 aqueles que receberão – ao término da avaliação trienal – os livros produzidos entre 2010 e 2012. Todos os livros são registrados no aplicativo pela coordenação da área por meio de seu manuseio presencial, a fim de se evitar inconsistências e dispensar-se a necessidade de checagens.

Em seu último seminário de acompanhamento, a área teve a posição unânime de não divulgar a nota de avaliação de livros por autor, levando tal posição ao conjunto das demais áreas no CTC.

### **PRODUÇÃO TÉCNICA E EVENTOS**

A produção técnica na Área de História distingue-se da que caracteriza as disciplinas de Ciências Exatas, Biológicas, Engenharias, Saúde ou Agrárias. Elaboração de relatórios, pareceres, material didático e atuação em conselhos editoriais e atividades assemelhadas são as que mais se aproximam da noção de “produção técnica”. Tradicionalmente, a área valoriza pouco tal atuação que, virtualmente, é exercida por quase todos os docentes dos diversos programas de pós-

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

graduação em História.

Também há dificuldade em discernir a qualidade dos eventos acadêmicos realizados pela Área de História, tendo em vista a grande necessidade de realização de eventos com o perfil de discussão de resultados parciais de pesquisa, o que torna inviável a adoção de critérios rígidos nos moldes do que seria um “qualis eventos”.

### V. Ficha de Avaliação para o Triênio 2010-2012

#### MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<b>1 - Proposta do Programa</b>	<b>0%</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a descrição da(s) área(s) de concentração no que diz respeito a sua densidade teórica e clareza;</li> <li>• Avaliar a descrição das linhas de pesquisa no que diz respeito a sua densidade teórica e clareza;</li> <li>• Avaliar a coerência dos projetos de pesquisa em relação às linhas de pesquisa, bem como sua distribuição equilibrada;</li> <li>• Avaliar a adequação da estrutura curricular e dos programas das disciplinas (ementas e bibliografias) em relação às linhas de pesquisa;</li> </ul>
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	30%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a explicitação e a viabilidade das estratégias em relação às metas estabelecidas, tendo em vista as peculiaridades do programa;</li> <li>• Avaliar a existência e adequação das regras de credenciamento e descredenciamento.</li> </ul>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	15%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a biblioteca no que diz respeito à qualidade e dimensão do acervo bibliográfico, bem como sua pertinência às linhas de pesquisa;</li> </ul>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a infraestrutura no que diz respeito às salas para aulas, secretaria, coordenação, auditórios etc., bem como as instalações físicas da biblioteca;</li> <li>• Avaliar a disponibilidade de equipamentos de informática para discentes e docentes e o acesso ao portal de periódicos da Capes.</li> </ul>
1.4. Existência de centros de documentação, centros de pesquisa, laboratórios de pesquisa, núcleos de pesquisa com atividades descritas	5%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar a existência e qualidade.</li> </ul>
<b>2 - Corpo Docente</b>	<b>20%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	15%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar o grau de experiência e de renovação do corpo docente;</li> <li>• Avaliar a composição do corpo docente permanente no que diz respeito a sua formação e/ou atuação na área;</li> <li>• Avaliar a qualidade e diversidade das instituições de titulação do corpo docente permanente;</li> <li>• Verificar a capacidade de atração de estagiários de pós-doutorado ou seniores do corpo docente nos programas com curso de doutorado;</li> <li>• Verificar a atuação do corpo docente como professor visitante ou estagiário de pós-doc/sênior em outras instituições.</li> </ul>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar o tamanho do corpo docente (mínimo de 10) e a proporção entre permanentes e colaboradores (70%/30%);</li> <li>• Verificar a estabilidade do corpo docente;</li> <li>• Avaliar a atuação do corpo docente no que diz respeito à oferta de disciplinas, orientação e titulação.</li> </ul>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	35%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar a equilibrada distribuição de projetos de pesquisa;</li> <li>• Verificar a equilibrada distribuição de orientações;</li> <li>• Verificar a equilibrada distribuição de disciplinas;</li> <li>• Verificar a existência de bolsistas de PQ.</li> </ul>
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na	10%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar se os docentes orientam IC;</li> <li>• Verificar se os docentes ministram aulas na</li> </ul>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.		graduação.
2.5 Inserção Acadêmica do Corpo Docente	15%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar a capacidade de captação de recursos dos docentes;</li> <li>• Verificar se os docentes fazem pós-doc, estágios seniors etc.</li> </ul>
<b>3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações</b>	<b>30%</b>	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	25%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a proporção de teses/dissertações concluídas em relação ao corpo docente (considerar eventuais necessidades de adequação tendo em vista a existência de docentes que atuam há menos de três anos);</li> <li>• Avaliar a proporção de teses/dissertações concluídas em relação ao corpo discente.</li> </ul>
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a distribuição das orientações pelos docentes considerando sua experiência.</li> </ul>
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	30%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a proporção discentes/autores em relação ao corpo discente;</li> <li>• Avaliar as publicações de discentes em periódicos qualificados.</li> </ul>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	25%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar o tempo médio de titulação para o mestrado e doutorado;</li> <li>• Avaliar o fluxo de entrada e de saída dos alunos no programa;</li> <li>• Avaliar a existência de bolsas de doutorado sanduíche, quando couber.</li> </ul>
<b>4 - Produção Intelectual</b>	<b>40%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	55%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considerar a qualificação do programa no tocante à publicação de artigos, capítulos e livros segundo a avaliação dos mesmos pela área.</li> </ul>
4.2. Distribuição de publicações	30%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considerar a adequada distribuição das</li> </ul>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.		publicações qualificadas entre os docentes permanentes.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	• Considerar a existência de produção técnica entre todos os docentes do programa.
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	5%	• Verificar a pertinência da produção artística à proposta do programa quando couber.
<b>5 - Inserção Social</b>	<b>10%</b>	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	35%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considerar a expressão acadêmica do programa no que diz respeito ao reconhecimento de seus integrantes como lideranças intelectuais;</li> <li>• Verificar o impacto educacional (contribuição para a melhoria do ensino fundamental e médio);</li> <li>• Avaliar a capacidade do programa de organizar eventos acadêmicos;</li> <li>• Verificar a produção de material de divulgação científica e considerar, quando possível, a destinação dos egressos.</li> </ul>
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	45%	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considerar a participação do PPG em programas institucionais de cooperação como Minter, Dinter, associação entre IES, projetos temáticos do CNPq, FAPs, FINEP etc.;</li> <li>• Considerar outras estratégias que favoreçam o intercâmbio docente e discente nacional e internacional.</li> </ul>
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	20%	• Avaliar a qualidade do site do programa na internet no que diz respeito à facilidade de busca de informações, atualização, densidade dos conteúdos disponibilizados (inclusive trabalhos acadêmicos na íntegra do corpo docente e teses/dissertações dos alunos), bem como em relação a informações para o público estrangeiro (informações em outras línguas, normas para admissão de estagiários de pós-doutorado etc.) e registro acadêmico (facilidade de inscrição em processos seletivos, obtenção de históricos escolares etc.).

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

### MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
<b>1 - Proposta do Programa</b>	<b>0%</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do programa.	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo programa em consonância com os objetivos da modalidade mestrado profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2. Corpo Docente	30%	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	50%	<p>Examinar se o corpo docente permanente é formado, de forma equilibrada, por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional)</p> <p>- Examinar se o corpo docente atua em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de concentração do mestrado profissional.</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	30%	<p>- Examinar a adequada proporção de docentes permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</p> <p>- Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.</p> <p>- Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009: “a proposta de mestrado profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	20%	<p>- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os docentes permanentes.</p>



### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<b>3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão</b>	<b>30%</b>	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão de mestrado profissional aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	30%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.</li> <li>- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa.</li> </ul>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica.</li> <li>- Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.</li> </ul>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/ privados, etc.</li> </ul>
<b>4. Produção Intelectual</b>	<b>30%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar o número total de publicações do programa no triênio.</li> </ul>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Examinar o número total da produção técnica e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: Publicações técnicas para organismos</li> </ul>



### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). Artigos publicados em periódicos técnicos. Participação em comitês técnicos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. Elaboração de protocolos, normas ou programas. Consultoria ou assessoria técnica. Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
<b>5. Inserção Social</b>	<b>10%</b>	
5.1. Impacto do Programa	30%	- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade mestrado profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.  - Examinar se o mestrado profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto nos níveis local, regional ou nacional.  <b>a) Impacto social:</b> formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p><b>b) Impacto educacional:</b> contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p><b>c) Impacto tecnológico:</b> contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p><b>d) Impacto econômico:</b> contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p><b>e) Impacto cultural:</b> contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p><b>g) Impacto artístico:</b> contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p><b>h) Impacto profissional:</b> contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p>
--	--

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de mestrado profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>30%</p>	<p>- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região;</p> <p>- Examinar a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;</p> <p>- Examinar a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos etc.), no âmbito do programa que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.</p>
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do programa, que poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada</p>

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº13/2006).</li></ul>
--	---

#### **VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional**

A “internacionalização” de um programa decorre não apenas dos desejáveis intercâmbios que se possam estabelecer entre o programa brasileiro e seus congêneres no mundo, mas, sobretudo, da ampla exposição do conhecimento produzido à crítica internacional. Nesse sentido, convém distinguir os esforços realizados por um programa para atingir a internacionalização – que certamente devem ser valorizados – dos efetivos resultados que concretamente expressam sua internacionalização enquanto programa reconhecido pelos principais centros de excelência da História em outros países.

É certo que a publicação em veículos estrangeiros de excelência – como os principais periódicos estrangeiros da área – será valorizada, mas também o serão os resultados concretos das interações diversas entre programas/historiadores brasileiros e congêneres estrangeiros de alto nível, ou seja, “produtos” concretos como geração de conhecimento em colaboração com pesquisadores estrangeiros, estágios de pós-doutoramento no exterior, doutorado sanduíche, co-tutela, dupla titulação, atração e orientação de estudantes estrangeiros, atuação no exterior de professores visitantes, prêmios e reconhecimento de nível internacional, conferências e palestras no exterior, participação em banca no exterior, cursos ofertados no Brasil por pesquisadores estrangeiros, convênios baseados em reciprocidade e na forma de redes de pesquisa, financiamento internacional, participação de docentes brasileiros em conselhos editoriais e como *peer review* em periódicos internacionais e assim por diante.

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A simples existência de um convênio internacional não produtivo, ou formas pouco densas de busca de internacionalização (por exemplo, eventos com convidados estrangeiros) são expressões pouco efetivas do que se possa chamar de “internacionalização”.

Serão valorizados os acordos internacionais que privilegiem efetivo intercâmbio de pesquisadores, isto é, que se dêem numa via de mão dupla, com a ida de brasileiros ao exterior e a vinda de estrangeiros ao Brasil.

Do mesmo modo, serão valorizados os mecanismos de solidariedade internacional em relação aos países menos desenvolvidos da África, da América Latina e de outras regiões do mundo.

Não obstante a Área de História possua forte tradição de internacionalização pela via do diálogo historiográfico com países como França, Inglaterra, Itália, Estados Unidos da América e outros, é certo que os programas da área têm grande potencial para expandir os mencionados mecanismos de internacionalização.

Os periódicos brasileiros de História devem fazer um esforço de publicação em língua inglesa, sem prejuízo de outras.

A área deve investir mais na pesquisa de história não brasileira, como já mencionado.

### **Considerações sobre atribuição de notas 6 e 7:**

Um aspecto correlacionado à internacionalização diz respeito ao fato de que tal característica – entre outras – é requisito indispensável quando da atribuição das notas 6 e 7. Nesse sentido, cabem algumas considerações. As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente aos programas que possuam cursos de doutorado classificados com a nota 5 na primeira etapa de realização da avaliação trienal e que atendam obrigatoriamente a duas condições: 1) apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência e 2) tenham um nível de desempenho

## DOCUMENTO DE ÁREA 2013

altamente diferenciado em relação aos demais programas da área.

A atribuição da nota 6 a um programa levará em conta os seguintes itens: ter corpo docente altamente qualificado; ter inserção internacional indicada por convênios e intercâmbios, com presença de professores visitantes do exterior e participação do corpo docente em colóquios, programas acadêmicos, estágios em instituições do país e do exterior; apresentar produção intelectual docente com qualidade equivalente à de programas de destaque internacional sediados no exterior, com distribuição equilibrada entre os docentes; mostrar evidências de competitividade em nível internacional; exercer papel de liderança na área, sobretudo na formação de docentes universitários e na renovação historiográfica, bem como demonstrar desempenho diferenciado quanto à produção científica, oferecendo cursos de mestrado e doutorado consolidados.

Um programa de nota 7 deve ser compatível com programas de nível de excelência internacionalmente reconhecidos na área e deverá evidenciar os seguintes itens: ter corpo docente altamente qualificado, com significativa inserção internacional indicada pela produção docente de excelência para os padrões nacionais e internacionais, incluindo trabalhos publicados em periódicos, livros ou coletâneas estrangeiros; manter regulares e importantes intercâmbios, convênios, programas de cooperação acadêmica e científica com estágios de docência e pesquisa em instituições do exterior, intercâmbio com pesquisadores e docentes do exterior; participações e publicações em eventos de relevância e exercício de funções editoriais em nível internacional e nacional; apresentar produção docente com qualidade equivalente à de programas de destaque internacional sediados no exterior, observada a distribuição equilibrada entre os docentes; exercer papel de liderança acadêmica na área, sobretudo na formação de docentes universitários e na renovação da produção historiográfica; demonstrar competitividade em nível nacional com desempenho diferenciado quanto à produção científica, incluindo a dos discentes, com cursos consolidados de mestrado e doutorado.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram

### DOCUMENTO DE ÁREA 2013

nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TRIENAL 2013

### História

<b>Nome</b>	<b>IES</b>	
CARLOS FICO DA SILVA JUNIOR	UFRJ	Coordenador
CLAUDIA WASSERMAN	UFRGS	Coordenador adjunto
MARCELO DE SOUZA MAGALHAES	UNIRIO	Coordenador adjunto mestrado profissional
ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO	UFPA	
ALEXANDRE FORTES	UFRRJ	
ANDREA LISLY GONCALVES	UFOP	
DULCE OLIVEIRA AMARANTE DOS SANTOS	UFG	
FREDERICO DE CASTRO NEVES	UFC	
ISABEL CRISTINA MARTINS GUILLEN	UFPE	
KATIA GERAB BAGGIO	UFMG	
LIGIA BELLINI	UFBA	
LUCILIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO	UFMG	
LUIS REZNIK	PUC-RIO	
MARCOS FRANCISCO NAPOLITANO DE EUGENIO	UFPR	
MARIA CRISTINA DOS SANTOS	PUC/RS	
MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHAES	UFPR	
MARLUZA MARQUES HARRES	UNISINOS	
MARTHA CAMPOS ABREU	UFF	
SILVANA BARBOSA RUBINO	UNICAMP	
TANIA MARIA TAVARES BESSONE DA CRUZ FERREIRA	UERJ	